

Título do capítulo INTRODUÇÃO

Autores (as) Ricardo Bielschowsky
Carlos Mussi

DOI

Título do livro POLÍTICAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO:
REFLEXÕES DE ECONOMISTAS BRASILEIROS

Organizadores (as) Ricardo Bielschowsky
Carlos Mussi

Volume

Série

Cidade

Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

Ano 2002

Edição

ISBN

DOI

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea**

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi*

Este livro de reflexões sobre políticas de crescimento no Brasil é datado. Com poucas exceções, os artigos e entrevistas aqui apresentados foram reunidos no fim de 2000 e no primeiro semestre de 2001, sob o estímulo de uma conjuntura muito específica.

Concebemos o projeto do livro em meados de 2000 – quando se renovavam esperanças de recuperação do crescimento –, a partir da idéia de que as condições macroeconômicas mínimas para se viabilizar a expansão sustentada podiam enfim estar sendo restabelecidas. O estímulo principal provinha do fato de a estabilidade de preços ter sido preservada em 1999 e em 2000 apesar da explosão cambial, bem como do fato de a economia crescer razoavelmente sem que se manifestassem ainda pressões sérias sobre o câmbio. O momento era de alívio porque a política macroeconômica brasileira se desvencilhara de seu maior problema instrumental: o regime de câmbio fixo.

No entanto, e como se sabe, a partir de fins de 2000 o quadro foi crescentemente contaminado pelas influências desfavoráveis da recessão norte-americana, da crise argentina e, por fim, da crise energética. A profundidade da vulnerabilidade externa, expressa por um passivo externo de cerca de 400 bilhões de dólares (dívida externa mais estoque de investimento direto), e a ampliação do problema em razão das condições de financiamento da dívida pública interna tomaram conta do quadro de expectativas, ao que veio somar-se a escassez de energia.

* Economistas do Escritório da CEPAL no Brasil.

Quando o projeto do livro foi finalmente posto em execução predominou esse contexto de crescente ceticismo. Nesse sentido, portanto, é que devem ser entendidas as reações da maioria dos articulistas e dos entrevistados. Os leitores observarão, por exemplo, que, em virtude do momento da realização dos artigos e das entrevistas, a questão externa interferiu de forma importante nas reflexões levadas a cabo pelos participantes.

Observarão, também, que, salvo exceções, as intervenções voltam-se, bem mais que a políticas concretas, para princípios gerais de ordenamento de políticas, tais como espaços para intervenção estatal legítima, áreas de fragilidade produtiva e questões institucionais a serem enfrentadas. Isso é fácil de entender. Afinal, a ausência, nas últimas duas décadas, de reflexão sistemática sobre políticas de crescimento exigiu um esforço todo especial por parte dos economistas convidados a contribuir, tornando-se natural que a maioria das reflexões tivesse um caráter de reinauguração do debate.

Por isso o livro mostra que ainda nos encontramos numa fase de “preaquecimento” para uma corrida intelectual de mais longo prazo. Trata-se de uma primeira amostra representativa do estoque de idéias de economistas brasileiros sobre o tema das políticas de crescimento na década de 2000. A contribuição do livro é ajudar a “reaquecer” o debate – e, quem sabe –, a alcançar o benefício adicional de poder contribuir para o enriquecimento do debate eleitoral em 2002.

Como é conhecido, há no Brasil toda uma tradição de discussão sobre *estratégias* e *políticas* de crescimento. O longo período de crescimento “liderado pelo Estado”, que se estende de 1947 a 1980 (crescimento médio de 7,2% ao ano), foi palco de acalorado debate entre distintas correntes de pensamento. Subjacente a tal debate encontrava-se, primeiramente, e em oposição aos fundamentos teóricos da ortodoxia liberal, a idéia de que em estruturas produtivas e institucionais subdesenvolvidas, como a brasilei-

ra, o mercado não conduz à alocação eficiente de recursos, devendo as falhas de mercado ser corrigidas pelo Estado. Em segundo lugar, e mais radicalmente, encontrava-se a idéia de que nas condições de subdesenvolvimento a coordenação agregada das decisões de investimento, bem como o seu financiamento e, em certos casos, a sua execução, requerem participação estatal.

A hegemonia absoluta dessa posição, ou seja, do *desenvolvimentismo* – que teve variadas manifestações à direita, ao centro e à esquerda do espectro político-ideológico – perdurou até a entrada da década de 1980. A profunda instabilidade que se seguiu aos episódios internacionais de fins dos anos 1970 – a segunda explosão dos preços do petróleo, a decisão estadunidense de 1979 de elevar as taxas de juros, e o fechamento do mercado financeiro aos países endividados – foi o divisor de águas que marcou o fim dessa hegemonia.

A retração desenvolvimentista se deu como resultado de vários fatores. Destacadamente podem ser mencionados o fato de as energias nacionais terem estado absorvidas por problemas de curto prazo e pelas altas taxas de inflação, a baixa credibilidade do setor público oriunda da prolongada incapacidade do Estado de eliminar a instabilidade macroeconômica, e a crescente hegemonia do pensamento neoliberal no plano internacional.

É interessante destacar que a retração do desenvolvimentismo se aprofundou apesar de a discussão teórica referente à questão do crescimento ter avançado nos últimos três lustros, reabrindo, com isso, espaços à discussão sobre o papel das políticas públicas. O *mainstream* neoclássico prosperou na linha do *endogenous growth theory*, a qual reconhece o problema da “divergência” de taxas de crescimento entre países e regiões como resultante dos rendimentos crescentes de escala gerados pelo progresso técnico sobre a produtividade do capital e do trabalho. Esse reconhecimento implica a admissão de intervenções públicas criadoras de externalidades por parte da tecnologia e do “capital humano”,

justificáveis em razão das falhas de mercado para esses fatores de produção. Além disso, a lista de falhas de mercado em países em desenvolvimento, admitidas pela fração menos ortodoxa dos autores da corrente neoclássica, parece ampliar-se a cada dia. Essa ampliação permite, nas discussões *policy oriented*, maior capacidade de diálogo entre autores neoclássicos e autores de outras correntes mais propensas a identificar a ação das políticas públicas como um elemento necessário à maximização do crescimento.

No entanto, mesmo com essa maior “abertura” por parte da academia foi-se instalando uma aversão, em parcela crescente dos economistas brasileiros, quanto à contribuição do Estado para o crescimento e o desenvolvimento econômico. De forma muito estilizada é possível identificar dois grupos de economistas no Brasil de hoje.

O primeiro grupo é constituído por economistas que não mudaram suas convicções desde os anos 1970, e por economistas mais jovens que pensam como os primeiros apesar de não terem vivenciado o debate durante a experiência intervencionista do ciclo longo de crescimento do pós-guerra. Esse grupo acredita que eventuais falhas de mercado devem ser corrigidas com mais mercado, e não com mais Estado, e acredita, ademais, que as falhas oriundas da intervenção estatal sobre as regras de mercado costumam ser muito piores do que aquelas que se verificam mediante a funcionamento nem sempre perfeito do mercado.

No outro extremo há o grupo de economistas que segue acreditando que, especialmente em países subdesenvolvidos, o Estado tem uma série de funções econômicas fundamentais a cumprir, além de uma boa administração fiscal e macroeconômica, para sustentar o crescimento e elevar a eficiência a médio e a longo prazos. Os economistas desse grupo identificam um grande conjunto de atividades que, segundo eles, não podem ter evolução eficiente se deixadas ao sabor do livre jogo do mercado, tais como a infra-estrutura, os segmentos industriais de fronteira

tecnológica, o fomento às exportações, a pesquisa científica e tecnológica, a criação de externalidades em áreas geográficas de fronteira, a atuação das pequenas e das médias empresas, o mercado de financiamento de longo prazo, etc. Na versão mais radical e elaborada desse grupo as idéias se organizam pelo princípio de que o Estado tem como função econômica última orientar e dar suporte a “estratégias” de crescimento viáveis no Brasil, permitindo, dessa forma, coordenação entre as decisões individuais dos agentes.

Tanto de um lado como de outro do espectro ideológico há variados graus de radicalismo, e encontram-se em ambos os lados economistas com posições moderadas. Do lado dos que resistem à intervenção estatal encontram-se aqueles que, teoricamente, admitem a existência de inúmeras falhas de mercado (capital, trabalho, comércio internacional, etc.), os quais acreditam que, em princípio, essas falhas poderiam ser corrigidas por uma boa intervenção pública, mas são cautelosos em diferentes intensidades. A cautela deriva do fato de eles identificarem um acúmulo de evidências, no Brasil, sobre a inviabilidade de se implementar uma boa intervenção do Estado na economia do país. A economia política brasileira – no que se refere ao processo de decisão e de implementação de ações que implicam “gastos” ou “abstenção de arrecadação” – seria, para eles, demasiadamente poluída de interesses políticos escusos e de ações inescrupulosas de “rentistas” para permitir que se persiga uma intervenção eficiente por parte do setor público. De acordo com essa visão, a ação governamental, no passado, e as debilidades político-administrativas do Estado brasileiro, no presente, tornam recomendável evitar a interferência governamental portadora de ameaças ao equilíbrio fiscal e à estabilidade de preços.

Do outro lado encontram-se aqueles que consideram as falhas de mercado demasiadamente grandes para que sejam ignoradas, mas reconhecem limitações operacionais graves para maior intervenção estatal. Comparativamente ao passado, a viabilidade

da intervenção estaria bastante limitada por parte da atual fragilidade fiscal – especialmente se consideradas as legítimas pressões por aumentar os gastos sociais –, pela debilidade da máquina administrativa federal, e pela exigüidade dos recursos instrumentais no contexto na nova ordem internacional, tais como as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Esse conjunto de posições sobre o papel da política econômica na promoção do desenvolvimento está presente na resenha das entrevistas e nos artigos incluídos neste livro. O leitor verificará, talvez, que mais que propostas radicais prevalecem posições intermediárias.

ESTRUTURA E CONTEÚDO

O livro está organizado em duas partes. A primeira apresenta a resenha de Antonio Claudio Sochaczewski, feita a partir das entrevistas que realizou com trinta e oito economistas das mais variadas tendências analíticas e político-ideológicas. A segunda traz, por ordem alfabética, os artigos de Antonio Delfim Netto, de Luís Carlos Mendonça de Barros, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo (co-autoria), e de Pedro Sampaio Malan. Segue-se um breve enunciado dos elementos centrais que compõem a resenha e os artigos.

Os termos de referência do trabalho, enviados aos articulistas, e utilizados como pano de fundo para as entrevistas, incluíram as seguintes perguntas básicas:

- Em sua opinião, qual é, nesta década, o cenário mais provável de crescimento econômico no Brasil, mantidas as atuais tendências e políticas? E o que o Estado poderia fazer (e como) para garantir uma *performance* de crescimento melhor do que a descrita na resposta anterior?

- Além de garantir a estabilidade de preços, o que pode o Estado brasileiro fazer para apoiar a retomada e a preservação de um ciclo de crescimento de longo prazo? Isto é, que eventuais

interações entre o Estado e o setor privado são possíveis e desejáveis para se viabilizar a elevação do investimento e o aumento da produtividade a médio e a longo prazo?

- Que indicações genéricas mínimas deveriam fazer parte de uma agenda de políticas voltadas para o suporte ao crescimento econômico de longo prazo (apoio a setores, criação de externalidades, requisitos de mudanças institucionais, seleção de instrumentos, etc.)?

Com o objetivo de orientar o posicionamento dos participantes quanto a pontos específicos foram propostas questões mais detalhadas, as quais poderiam ser também abordadas:

- Existem limites macroeconômicos intransponíveis para a aceleração do crescimento com base em acumulação de capital? O que seria uma agenda de crescimento a longo prazo nas condições brasileiras? Progresso técnico é um determinante básico do investimento no Brasil, ou apenas uma condição de elevação da eficiência de investimentos e da geração de divisas? Qual a viabilidade de se elaborar uma nova estratégia de acumulação por meio de propostas centradas no fortalecimento do sistema nacional de inovações? Ou seja, qual o papel do progresso técnico entre os determinantes fundamentais do futuro processo de investimento na economia brasileira? Quais as prioridades de política para se fortalecer o sistema nacional de inovações brasileiro com vistas na sustentação do crescimento?

- Qual o escopo e o limite de utilização de políticas de demanda agregada (monetária, fiscal, creditícia e de comércio internacional) em um contexto de maior abertura comercial e financeira?

- No âmbito da regulamentação e do fomento do crescimento, que instituições deveriam ser desenvolvidas ou “reconstruídas” no atual quadro brasileiro?

As entrevistas incluíram um razoável número de economistas para revelar o leque de visões atuais sobre o longo prazo na economia brasileira. Elas revelaram a existência de convergências e de divergências em vários planos.

Em relação às primeiras, e salvo exceções, observou-se um uniforme ceticismo quanto à capacidade de se superarem as restrições macroeconômicas – notadamente a externa – para a retomada, nos próximos anos, de um crescimento razoavelmente rápido. Entre os que ousaram estimar taxas possíveis de crescimento anual as avaliações mais otimistas não superaram os 5%, e a maioria prevê bem menos.

Aliado a essa percepção, as entrevistas nortearam-se muito mais pelo exame das restrições ao crescimento, suas causas e as políticas para superá-las, do que por reflexões sobre estratégias de crescimento no futuro. Revezaram-se, nas entrevistas, observações sobre a existência de restrições macroeconômicas externas (divisas) e internas (financeiras, poupança), e sobre restrições microeconômicas, especialmente no que diz respeito à necessidade de se dar andamento a uma série de reformas institucionais. Quanto ao longo prazo, a campeã das menções favoráveis foi a necessidade de se fortalecerem as políticas de educação, ciência e tecnologia. Com diferentes ênfases e percepções, quanto ao peso da contribuição nesses campos, a preocupação é razoavelmente consensual entre os economistas entrevistados.

Mas os economistas foram bem além desse consenso e divergiram, por exemplo, no tocante às estratégias e às políticas. Alguns preferiram aproximar-se do tema do crescimento realizando, para tanto, uma avaliação sobre condições de crescimento no âmbito da transição para a economia liberalizada; e outros fizeram reflexões sobre um “projeto nacional”. Nesse plano tanto se encontram os que pensam que a melhor das estratégias é prosseguir eliminando as interferências de governo como aqueles que pensam que o governo deve desenhar e implementar novos programas nacionais de desenvolvimento.

E, na linha do que foi comentado, verificou-se grande variedade de posições quanto à presença do Estado na economia. O melhor momento para se captarem as divergências talvez seja

aquele em que os economistas revelaram suas preferências e inquietações sobre “política industrial”. De um lado, há os que a consideram empecilho grave à eficiência alocativa e ao crescimento. No outro extremo, encontram-se aqueles segundo os quais a boa coordenação estatal é necessária tanto para superar as restrições ao crescimento como para potencializá-lo. E tanto de um lado quanto de outro verificam-se posições moderadas em relação à intensidade da presença do Estado na economia.

Conforme se afirmou, a segunda parte do livro reúne artigos especialmente solicitados a alguns economistas, apresentados em ordem alfabética; o primeiro texto é o de Antonio Delfim Netto.

Delfim inicia o artigo “A Economia Política do Desenvolvimento” com uma série de apreciações conceituais e históricas sobre a administração das contradições entre igualdade, liberdade e eficiência produtiva, e sobre insuficiências na teoria do crescimento. As apreciações preparam o terreno para uma noção de equilíbrio entre a posição “fatalista” dos defensores do mercado puro e a posição “voluntarista” dos que pensam que para crescer basta querer. A intervenção em favor do desenvolvimento tem de respeitar os limites das condições iniciais com que se depara o país, e levar em conta sua história, sua geografia, os recursos, enfim, de que dispõe cada economia. O “acidente locacional” é importante, assim como as instituições políticas e econômicas, o capital humano, a taxa de investimento, a integração no mercado internacional e o respeito ao meio ambiente. O autor arrola, em seguida, um decálogo de políticas produtoras de crescimento identificadas “como aquelas que geram a estabilidade macroeconômica, estimulam a eficiência microeconômica e abrem a economia para o comércio internacional”, e prossegue com uma reflexão sobre condições gerais de desenvolvimento advertindo contra a “desabrida liberdade de movimentação de capitais”.

A partir daí Delfim questiona-se sobre quais seriam os obstáculos à realização de um processo de desenvolvimento no Bra-

sil, em que se combinem equilíbrio interno e externo. Argumenta que poupança é muito mais resultado do que causa do crescimento, e que a grande restrição brasileira é a externa. Nessa área ele vê a necessidade de políticas de fomento de variadas modalidades, as quais objetivem a geração de divisas por diferentes setores. Defende que o Estado deve combinar a boa prática econômica com o impulso de uma nova estratégia de desenvolvimento, e mostra-se muito crítico com relação à política e aos resultados do atual governo. Ao final, tece considerações sobre a necessidade de se buscar o *catch-up* tecnológico introduzindo-se, simultaneamente, mecanismos de solidariedade social para compensar o desemprego que possa surgir no processo.

Em “Os Desafios da Macroeconomia Brasileira” Luís Carlos Mendonça de Barros analisa a evolução da política econômica desde o Plano Real. O autor enaltece os êxitos do plano mas identifica falhas operacionais e problemas institucionais oriundos de erros conceituais na condução da política econômica, os quais estariam limitando o desenvolvimento sustentado do país. Para ele, as falhas principais residiriam no equivocado entendimento sobre a dinâmica dos mercados a partir dos anos 1980, totalmente alterado pela revolução das comunicações e dos fluxos de informação, bem como na inexistência de uma agenda estratégica que permita inserção competitiva no mundo globalizado.

De acordo com Mendonça de Barros, a política econômica teria ignorado o novo contexto competitivo e adiado continuamente a busca de reformas tanto no mercado de trabalho como nos mercados de capitais e de crédito. Segundo o autor, com raras exceções a privatização obedeceu a uma lógica financeira, não empresarial, e a regulamentação dos serviços públicos foi tratada como problema menor. A transição mal conduzida resultou em insuficiência de investimentos nos segmentos em processo de privatização, assim como em falhas na criação de mercados competitivos com a eliminação dos monopólios públicos. O esforço

fiscal deu-se pelo lado do aumento da tributação e afetou o custo Brasil, o que, em conjunto com a opção pelo binômio juros elevados/câmbio valorizado, afetou a competitividade das empresas nacionais. As reformas foram inibidas pelo falso dilema entre fiscalismo e desenvolvimentismo – em que a necessidade de ação estatal coordenadora de reformas microeconômicas e a necessidade da instalação de indústrias e de serviços de ponta tecnológicos ficaram relegadas a segundo plano – porque o governo escolheu o caminho liberal. A desvalorização cambial é, conforme o autor, um alívio momentâneo que não desfaz a necessidade de uma estratégia de integração competitiva internacional.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, em “Incompatibilidade Distributiva e Desenvolvimento Auto-Sustentado”, discorre sobre o que considera a grande questão a ser resolvida para se sustentar o crescimento e a estabilidade macroeconômica a longo prazo, a saber: a inconsistência distributiva entre salários, lucros e juros. Para o autor, ela teria surgido nos anos 1970, mediante a incursão do país em elevados déficits internos e externos. Desde então os salários cresceram muito menos que a produtividade, e a renda concentrou-se nos lucros dos empresários, nos juros e nos aluguéis dos rentistas. Bresser-Pereira argumenta que o problema não teria recebido até aqui tratamento correto por parte do “saber convencional dominante”, neoliberal – e neopopulista, no que se refere à valorização do câmbio –, e tampouco do “saber convencional dominado”, formado pela “oposição burocrática da esquerda tradicional”, que propõe esquemas populistas de elevação salarial incapazes de se sustentar. O resultado típico das políticas perseguidas desde então teria sido déficits públicos com alta inflação ou sobrevalorização cambial e crises financeiras.

Bresser-Pereira discorre sobre o que considera o único caminho de solução viável, ou seja, uma estratégia consistente e um compromisso realista quanto à distribuição dos futuros benefícios do crescimento, ambos combinados com políticas sociais ativas.

Programas de “renda mínima” se fazem necessários como elemento de promoção do desenvolvimento econômico. A redução das taxas de juros é indispensável para que se atinja o equilíbrio macroeconômico com consistência distributiva, e a desvalorização cambial necessária para isso tende a afetar mais os salários da classe média do que a renda real da massa de trabalhadores. A estratégia de desenvolvimento, que faz sentido para o Brasil, incluiria maior independência financeira com relação ao exterior, bem como uma agressiva política de exportações. Envolveria também a atenção para que a necessária continuidade das reformas compatibilize o estímulo ao empreendimento individual à solidariedade social, e a atenção para que as reformas institucionais busquem também o equilíbrio entre o Estado e o mercado. Para dar curso à estratégia sugerida, o autor arrola uma série de linhas de ação, tais como a de se fixarem mecanismos de transmissão de aumento da produtividade a salários, e a de se perseguir uma política comercial com agressiva defesa do capital e do trabalho nacionais, bem como uma política industrial voltada para a conquista de mercados externos.

Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo retomam, no texto que sugestivamente denominaram “Desenvolvimento no Brasil – Relembrando um Velho Tema”, um assunto que há muitas décadas os vem mobilizando política e analiticamente, ou seja, o de estilos de desenvolvimento brasileiro. Antes de ingressar nesse tema principal, porém, os autores fazem um balanço das mudanças das condições internacionais no último lustro, assim como das transformações brasileiras nos anos 1990, as quais eles entendem como desfavoráveis à realização de um processo de crescimento sustentado no país. Passam, em seguida, à apresentação de um “projeto alternativo de desenvolvimento” que, na opinião deles, deveria ser perseguido em lugar da estratégia atualmente em curso, que caracterizam como uma empreitada liberal com resultado desapontador em termos de desenvolvimento.

Na opinião desses dois autores, o novo padrão de crescimento deve ter como eixo a expansão da capacidade de produção de bens públicos de uso universal e de bens básicos de consumo popular, num esquema em que solidariamente se conjugam a produção de bens e serviços e a distribuição da renda. Salientam que a inovação deve dar-se sem prejuízo de políticas ativas de redução da vulnerabilidade externa, pela via da promoção de exportações e da substituição de importações. O novo padrão requer o fortalecimento do Estado para, entre outras funções, viabilizar o enfrentamento das restrições externas, coordenar investimentos em variados setores e promover o progresso técnico. Requer, por exemplo, profunda modificação das agências estatais de crédito (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) e das instituições fiscais, creditícias e de seguridade social, bem como a transformação, em guardiãs da devida expansão dos investimentos e da devida observância dos contratos das concessionárias, das agências reguladoras de serviços de infra-estrutura privatizados.

Pedro Malan dedica-se, em “O Brasil na Primeira Década do Século XX – Perspectivas do Desenvolvimento com Estabilidade”, a um posicionamento acerca das grandes questões sobre as quais repousam, em sua opinião, a consolidação e a sustentação, a longo prazo, da retomada da atividade econômica, do investimento e do emprego. Percorre três questões macroeconômicas, duas microeconômicas e seis “desafios estruturais”. Ao longo do texto ele emprega o expediente expositivo para reafirmar o que entende serem as premissas subjacentes à estratégia do atual governo.

No plano macroeconômico, Malan reafirma sua convicção de que a busca do equacionamento das contas públicas é a questão fundamental. Em seguida, assevera que o novo regime cambial de 1999 favorece maior equilíbrio no balanço de pagamentos – reconhecendo, porém, serem grandes os desafios por parte da conquista de competitividade no setor manufatureiro – e discorre

sobre a necessidade de elevação da poupança privada doméstica. No plano microeconômico, as duas questões a serem enfrentadas seriam a eficiência operacional do setor público e a competitividade do setor privado.

Por fim, no plano estrutural Malan percorre seis “desafios”, a saber: *(i)* a eficiência da “infra-estrutura logística básica”, relativa ao trinômio energia/transportes/telecomunicações; *(ii)* o fortalecimento da “infra-estrutura humana” por meio de esforços em prol de educação, de saúde, de ciência e de tecnologia, etc; *(iii)* o fortalecimento da infra-estrutura político-institucional (reformas políticas, reforma do Judiciário, etc.); *(iv)* a eficiência da infra-estrutura administrativa e jurídica (serviço público altamente profissional, melhoria na administração da justiça, procedimentos de ampliação da harmonia entre os três Poderes, etc.); *(v)* a elevação da eficiência da infra-estrutura de intermediação financeira e a criação da intermediação de longo prazo; e *(vi)* o desenvolvimento de uma “infra-estrutura social” que vá além da questão da “infra-estrutura humana” e envolva pelo menos quatro aspectos centrais: •consciência social do passado; •elevação das condições de vida via acesso de toda a população ao mercado de consumo e aos serviços públicos, bem como mediante o exercício universal da cidadania; •consciência cidadã sobre nível, qualidade e composição do gasto público; e •políticas públicas de combate à extrema pobreza.

A leitura desses artigos irá demonstrar a amplitude das propostas para o crescimento econômico brasileiro. No entanto, observa-se que o debate indica a necessidade de se reabrir a agenda de pesquisa sobre o crescimento econômico brasileiro, especialmente a partir de uma nova visão sobre o papel do Estado.